



II Congresso de Educação e Práticas Escolares

CENÁRIO DA ACESSIBILIDADE PEDAGÓGICA NO ENSINO SUPERIOR A PARTIR DAS PESQUISAS EM EDUCAÇÃO

DOI: 10.56579/eduinterpe.v2i1.3571

Fernanda Oliveira Borges¹; Marinalva Vieira Barbosa²

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Técnica em Assuntos Educacionais da Universidade Federal do Triângulo Mineiro. E-mail: fernanda.borges@uftm.edu.br

² Doutora em Linguística pela UNICAMP. Professora Titular do Departamento de Linguística e Língua Portuguesa da Universidade Federal do Triângulo Mineiro. E-mail: marinalva.barbosa@uftm.edu.br

RESUMO: O presente trabalho objetiva mapear como as pesquisas em educação têm abordado a temática da acessibilidade pedagógica. Para tal, realizou-se um levantamento de teses e dissertações mediante buscas nos repositórios da CAPES e da BDTD, utilizando termos relacionados à acessibilidade pedagógica, ao ensino superior e à docência universitária. Após o refinamento e leituras, identificaram-se seis temáticas predominantes para análise e discussão. Os resultados apontam para a relevância da formação continuada do docente universitário em uma perspectiva mais inclusiva, uso de metodologias que atendam a todos os estudantes com deficiência ou não e para a interferência de barreiras atitudinais nas práticas pedagógicas. Observa-se prevalência de estudos de caso nessas pesquisas. Conclui-se que garantir acessibilidade pedagógica como pleno acesso à aprendizagem depende da adoção de metodologias apropriadas por parte dos docentes, e de forma simultânea, demanda investimentos da gestão universitária na capacitação da comunidade, para além das políticas institucionais.

Palavras-chave: Acessibilidade; Ensino Superior; Docência Universitária.

INTRODUÇÃO

A partir da expansão do ensino superior no Brasil, novos desafios se apresentam no cotidiano das universidades. A inclusão educacional, amparada por normativas internacionais e nacionais, desafia as bases tradicionais da universidade e exige que a comunidade acadêmica repense e institucionalize novas formas de ensinar e aprender. Nos últimos anos, o perfil do público nas universidades públicas se diversificou significativamente. Essa mudança foi impulsionada tanto pelo REUNI (Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), que ampliou vagas, criou novos *campi* e expandiu os cursos noturnos, quanto pela Lei de Cotas (Lei 12.711/2012, atualizada pela Lei 14.723/2023). Essa legislação é fundamental, pois garante a reserva de vagas nas instituições federais de ensino técnico e superior para pessoas pretas, pardas, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência (PcDs). Outra lei importante para garantia dos direitos educacionais das pessoas com deficiência é a Lei nº 13.146/2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência (LBI) que prevê um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades de ensino; a oferta de recursos de acessibilidade para promoção do acesso, permanência, participação e aprendizagem; a



II Congresso de Educação e Práticas Escolares

inclusão de conteúdos curriculares em cursos superiores e educação técnica e tecnológica de temas relacionados à deficiência nos respectivos campos de conhecimento.

No ensino superior, segundo dados do INEP 2024, em 2022, foram registradas as matrículas de 79.262 (1,67%) alunos que declararam alguma deficiência, transtorno ou superdotação, em um universo de 4.756.728 ingressantes de graduação em 2022 (p.17). A reformulação da Lei de Cotas em 2023 prevê a ampliação do número de vagas, o que altera esses índices a partir de 2023.

Assim, o ensino superior não pode se furtar à responsabilidade de implementar ações de promoção de um ambiente mais inclusivo, o que atravessa as ações que permeiam todas as instâncias da universidade, no que a LBI traz em no artigo 28 sobre “condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem”. O enfoque deste trabalho está voltado para práticas educacionais, sendo assim, voltaremos a atenção para a acessibilidade metodológica (também conhecida como pedagógica), prevista no documento SINAES (Brasil, 2013):

Ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à concepção subjacente à atuação docente: a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional irá determinar, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas (p. 37).

Teremos como objetivo aqui, compreender como a acessibilidade pedagógica, enquanto possibilidade de acesso ao conhecimento, neste caso, no ensino superior, vem sendo abordada nas pesquisas em educação brasileira. Como objetivos específicos realizamos o levantamento de teses e dissertações que se relacionam a inclusão pedagógica no ensino superior; analisamos as pesquisas buscando temáticas recorrentes e, ao final, refletimos sobre os resultados encontrados a partir de autores que vêm tratando da acessibilidade no ensino superior.

METODOLOGIA

O estudo apresentado é fruto de uma pesquisa bibliográfica realizada para base de uma pesquisa de doutorado na área de Educação em fase de andamento e foi desenvolvido com base nos pressupostos da pesquisa qualitativa em educação.



II Congresso de Educação e Práticas Escolares

De forma a responder o objetivo proposto, a primeira fase consistiu em uma primeira busca em variados repositórios de pesquisa com as palavras *inclusão pedagógica OR acessibilidade pedagógica AND ensino superior OR educação superior*. Após realizar uma leitura breve dos artigos encontrados, identificamos que estes tinham como foco: ensino básico; tecnologias digitais, ensino remoto, pandemia; formação docente de forma ampliada; acessibilidade aliada à equidade de gênero; padrões de aprendizagem não interligadas às práticas inclusivas; educação comunitária ou contábil; acessibilidade digital; terminalidade específica. Assim, não poderiam contribuir para a temática de interesse da pesquisa.

De forma a delinear a área de pesquisa relacionada à acessibilidade pedagógica no ensino superior, optamos por selecionar teses e dissertações nos repositórios CAPES e BDTD. Foi iniciada uma segunda fase de buscas, dessa vez com os termos *inclusão pedagógica OR acessibilidade pedagógica AND ensino superior OR educação superior* no repositório BDTD, onde encontramos 12 pesquisas. Destas, 3 foram excluídas após leitura dos resumos, pois tratavam de: processo seletivo; gestão de design; foco na ação da assessoria de educação inclusiva e pouco à prática pedagógica.

No catálogo de dissertações e teses da CAPES foram encontrados 163 trabalhos a partir dos termos utilizados na BDTD, porém foi adicionado o descritor Docência no ensino Superior. É importante salientar que o mesmo termo foi utilizado na BDTD, porém não trouxe resultados satisfatórios como trouxe no catálogo da CAPES. Dessa forma, apesar do procedimento ser diferente, optamos por manter de forma a trazer pesquisas que pudessem colaborar para a proposta deste trabalho. Dessa forma, na base de dados da CAPES os descritores utilizados foram *inclusão pedagógica OR acessibilidade pedagógica AND ensino superior OR educação superior OR docência universitária*.

O procedimento na base de dados da CAPES foi um pouco mais demorado e será melhor detalhado na pesquisa a ser publicada de forma completa. Ao final da primeira parte do levantamento com 9 pesquisas da base de dados da BDTD e 7 da CAPES, totalizando 16 trabalhos a serem analisados. Os trabalhos foram organizados em uma planilha de excel com as seguintes colunas: referência do trabalho, base de dados, resumo e observações. As categorias foram inseridas em colunas à medida que a leitura dos trabalhos foi realizada de forma a facilitar a visualização e comparar recorrências entre as pesquisas. Ao realizar esse levantamento, foi criado um novo critério



II Congresso de Educação e Práticas Escolares

de exclusão - optar apenas por pesquisas desenvolvidas em programas de educação e ensino, onde foram eliminadas 6 pesquisas, restando 10 pesquisas para a análise (5 dissertações e 5 teses).

A terceira fase consistiu na análise das temáticas que se repetiram nas pesquisas e após observar aquelas que se destacam, a proposta seguinte será a reflexão a partir dos referenciais teóricos que tratam sobre a inclusão no ensino superior.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos trabalhos encontrados foram identificadas 6 temáticas recorrentes e que possibilitam ampliar os debates sobre a acessibilidade pedagógica. Os trabalhos de Araújo (2022); Acuna (2022); Oliveira (2021); Martins (2019) e Fucks (2019) trazem aspectos que apontam *concepções docentes relacionadas às práticas pedagógicas* que podem influenciar no sucesso ou no fracasso do estudante com deficiência no ensino superior.

As pesquisas Acuña (2022); Brasil (2019); Fucks (2019) e Silveira (2021) *vinculam a acessibilidade pedagógica à atitudinal* ao estabelecerem que a remoção de barreiras nas metodologias de ensino depende muito da mudança de concepções, atitudes e percepções de docentes e da comunidade acadêmica sobre a deficiência.

As pesquisas de Brasil (2019); Silva (2019); Araújo (2022); Martins (2019) e Vargas (2021) trazem como proposta a *análise de políticas institucionais de inclusão no ensino superior* por meio de abordagem qualitativa, utilizando o estudo de caso e a análise documental como métodos principais para confrontar as legislações nacionais com a realidade de instituições específicas.

As pesquisas de Silveira (2021); Fucks (2019), Chaves Junior (2023); Vargas (2021) e Martins (2019) trazem em suas discussões apontamentos sobre como a *formação continuada de professores universitários* e a melhoria das práticas didáticas podem transpor barreiras para estudantes com deficiência no ensino superior.

As pesquisas de Silveira (2021); Chaves Junior (2023), Martins (2019), Oliveira (2021); Araújo (2022) trazem a *noção de acessibilidade pedagógica de forma prática e aplicada*, focando na reconfiguração da docência, na adaptação de materiais didáticos e na eliminação de barreiras à aprendizagem, mesmo quando não utilizam o termo como uma definição isolada.

Já Martins (2019); Brasil (2019); Araújo (2022); Fucks (2019) se aproximam de um recurso central para a promoção de acessibilidade no ensino e apontam o *DUA* (Desenho Universal de



II Congresso de Educação e Práticas Escolares

Aprendizagem) como recurso que beneficia a todos os estudantes através de um estudo planejado de forma acessível, independente da presença de um estudante com deficiência na sala de aula.

Foi observado que o estudo de caso é a metodologia predominante nas pesquisas analisadas, dada sua possibilidade de investigar casos específicos de forma aprofundada. Prevaecem nas investigações a análise de práticas pedagógicas voltadas para um público específico e o estudo de normativas institucionais voltadas para inclusão e acessibilidade. A maioria dos trabalhos conta com o apoio de entrevistas semiestruturadas.

Conforme se observa na metodologia do presente trabalho, o foco esteve nas práticas de ensino durante as buscas, especialmente quando adicionamos a inclusão pedagógica e docência universitária como termos de busca. Ainda assim, algumas pesquisas apresentaram em suas análises a relevância do núcleo de acessibilidade nas instituições de ensino superior no processo de inclusão nas universidades, por seu suporte aos docentes e discentes como apontam Araújo (2022) e Acuña (2022). Esses indícios apontam ainda para a institucionalização dos núcleos de acessibilidade como fatores relevantes de colaboração no cumprimento da acessibilidade pedagógica pelas universidades, conforme investigado por Vasconcelos (2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada uma das temáticas levantadas permite ampla discussão e desdobramentos que podem colaborar para a compreensão do fenômeno acessibilidade pedagógica no ensino superior. Todas conduzem a pensar sobre o processo de acesso à aprendizagem. Algumas aliando a gestão das universidades para além das políticas institucionais e propondo/incentivando a adoção de metodologias apropriadas por parte dos docentes. Haja vista a recorrência de pesquisas apontando para a relevância do esforço coletivo e ampla capacitação da comunidade universitária com objetivo de eliminar as barreiras atitudinais que vem afetando o acesso ao aprendizado. Concordamos com Costa e Luz (2025, p. 783) quando a partir da análise de discursos normativos elas apontam sobre a responsabilização que recai sobre instituições e gestores, contudo sem a oferta de condições necessárias para efetivação dos direitos a serem garantidos dentro de um contexto educacional precarizado.

Chama a atenção a predominância de estudos de caso nos estudos analisados e é compreensível dada a especificidade de casos, a partir do público investigado e estruturas



II Congresso de Educação e Práticas Escolares

institucionais. De toda forma, sugerimos estudos que possibilitem uma compreensão da temática de forma ampliada, apresentando realidades regionais e/ou nacionais de forma a ser construído um panorama para uma possível delimitação do conceito de acessibilidade pedagógica e metodológica.

REFERÊNCIAS

- ACUÑA, José Tadeu. **Acessibilidade pedagógica ao universitário com transtorno do espectro autista**: contribuições da psicologia à prática docente. 2022. 166 f. Tese (Doutorado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem) – Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Bauru, 2022.
- ARAÚJO, Monica Dias de. **O processo de inclusão de estudantes com deficiência nos cursos de licenciatura de uma universidade pública no contexto amazônico**. 2022. 123 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Referenciais de acessibilidade na educação superior e a avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira”, 2013.
- BRASIL, Jôse Storniolo Nunes. **Acessibilidade atitudinal e pedagógica no ensino superior: caminhos para inclusão dos estudantes com deficiência na universidade**. 2019. 215 p. Dissertação (Mestrado em Ensino) – Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Bagé, 2019.
- CHAVES JUNIOR, Daniel Elias. **Os impactos da pandemia da COVID-19 no aprendizado de matemática de uma universitária com deficiência auditiva**: um estudo de caso. 2023. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Centro Universitário Anhanguera de São Paulo, São Paulo, 2023.
- COSTA, Joana Maria de Moraes; LUZ, Cleuzir da. Implicações das políticas educacionais de inclusão na gestão universitária. **Revista Poiésis**, Tubarão/SC, v.19, n. 36, p. 773-792, 2025.
- FUCKS, Patrícia Marasca. **Didática e ensino com apoio da Linguagem Gráfico-Visual para alunos cegos**: obstáculos na prática docente universitária e sua superação. 2019. 293 p. Tese (Doutorado em Educação Científica e Tecnológica) – Centro de Ciências Físicas e Matemáticas, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Chapecó, 2019.
- MARTINS, Lisiê Marlene da Silveira Melo. **Inclusão do estudante com deficiência no Ensino Superior e a formação continuada do docente universitário**. 2019. 277 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, 2019.



II Congresso de Educação e Práticas Escolares

OLIVEIRA, Gracy Kelly Andrade Pignata. **Inclusão na educação superior: novas tessituras para o campo da docência universitária.** 2021. 215 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2021.

SILVA, Jardiel Oliveira da. **Política de inclusão para pessoas com deficiência na Universidade Federal do Rio Grande do Norte: o que revelam as normativas institucionais?** 2019. 134 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, 2019.

SILVEIRA, Márcio Velloso da. **O ensino de Física e a deficiência visual: uma pesquisa sobre os desafios e uma proposta de ensino remoto emergencial de Laboratório de Eletromagnetismo para um estudante cego de Engenharia, durante a pandemia de 2020.** 2021. 210 f. Tese (Doutorado em Ensino de Matemática) – Instituto de Matemática, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2021.

VARGAS, Norma Maria Passos. **Formação de professores e a inclusão na educação superior: a percepção do professor formador.** 2021. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Linguagem e Tecnologias) – Unidade Universitária de Anápolis - CSEH, Universidade Estadual de Goiás (UEG), Anápolis, 2021.

VASCONCELOS, Priscila Alves de. **Institucionalização dos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais do Brasil: a acessibilidade pedagógica é atendida?** 2024. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro Universitário Unihorizontes, Uniorizontes, 2024.